
A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO OBJETO DE PESQUISA NA REVISTA GERMINAL

LA EDUCACIÓN PROFESIONAL COMO OBJETO DE INVESTIGACIÓN EN LA REVISTA GERMINAL

PROFESSIONAL EDUCATION AS AN OBJECT OF RESEARCH AT REVISTA GERMINAL

Izaías Costa Filho¹

Resumo: Objetiva-se, com este texto, fazer balanço dos documentos publicados pela Revista Germinal sobre o tema da Educação Profissional. Almeja-se apresentar, tanto do ponto de vista quantitativo quanto do qualitativo, o escopo dos manuscritos que os autores submeteram ao debate sobre o referido tema. Dessa maneira, colabora-se com a edição de comemoração de 10 anos da Germinal ao se apontar qual o espaço que os estudos ocupam para a Educação Profissional e seus sentidos.

Palavras-chave: Balanço. Educação Profissional. Sentidos.

Resumen: Se objetiva, con este texto, hacer balance de los documentos por la Revista Germinal sobre el tema de la Educación Profesional. Se pretende presentar tanto desde el punto de vista cuantitativo, cuanto del cualitativo, el alcance de los manuscritos que los autores sometieron al debate sobre el tema. De esta manera, se colabora con la edición de conmemoración de 10 años de la Germinal al apuntar cuál es el espacio que los estudios ocupan para la Educación Profesional y sus sentidos.

Palabras clave: Balance. Educación Profesional. Sentidos.

Abstract: The purpose of this research is to do a survey of the documents published by Revista Germinal regarding Professional Education. We intend to present the scope provided by the manuscripts submitted by various authors on the matter, both quantitatively and qualitatively. That way, we collaborate with Germinal's 10-year celebration edition by pointing out the range of those studies for Vocational Education and its meanings.

Keywords: Survey. Vocational Education. Meanings.

Introdução

Este texto tem como objetivo realizar um balanço dos documentos publicados na Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate, sobre o tema da Educação Profissional (EP)². De acordo com o publicado em sua página eletrônica, a Germinal é uma “[...] produção Conjunta de Grupos de Pesquisa que assumem o Marxismo como Referencial Teórico de sustentação de suas investigações e visa difundir e debater a problemática educacional à luz do marxismo” (REVISTA GERMINAL, 2009) e que, segundo Pereira (2018, p. 1), “[...] vai se consolidando como referência no debate dos problemas do passado e do presente que assinalam as tendências de uma perspectiva de educação socialista”.

Partimos do entendimento de que balanço pode-se comparar a “[...] uma radiografia, isto é, uma descrição razoavelmente detalhada do estado em que se encontra uma área do conhecimento num

momento determinado [...]” (SAVIANI, 2015, p. 80). Nesse sentido, detectamos, neste balanço, os textos referentes ao objeto EP, nestes 10 anos da *Germinal*, apresentando um panorama de como essa modalidade de educação tem sido considerada por estudiosos do referido tema.

A Revista *Germinal* teve, até o momento, 20 edições, cada uma com uma temática específica, conforme mostrado no Quadro 1.

Quadro 1 - Publicações da Revista *Germinal*

Vol-núm-ano	Temática
v. 1, n. 1 (2009)	Modo de produção e educação
v. 2, n. 1 (2010)	Crise e revolução
v. 2, n. 2 (2010)	Projeto histórico comunista e educação
v. 3, n. 1 (2011)	Luta de classes, educação e revolução
v. 3, n. 2 (2011)	História, trabalho e educação
v. 4, n. 1 (2012)	Imperialismo, crise e educação
v. 4, n. 2 (2012)	Desafios da história da educação na perspectiva marxista
v. 5, n. 1 (2013)	Educação e emancipação humana
v. 5, n. 2 (2013)	Pedagogia histórico-crítica
v. 6, n. 1 (2014)	Conjuntura
v. 6, n. 2 (2014)	Capitalismo, trabalho e educação
v. 7, n. 1 (2015)	Pedagogia histórico-crítica
v. 7, n. 2 (2015)	História da educação
v. 8, n. 1 (2016)	Conjuntura, luta de classes e educação
v. 8, n. 2 (2016)	Luta pela terra e educação do campo
v. 9, n. 1 (2017)	Crítica da política educacional
v. 9, n. 2 (2017)	Para a crítica da produção do conhecimento
v. 9, n. 3 (2017)	América latina, 100 anos da revolução russa, educação e ensino
v. 10, n. 1 (2018)	Karl Marx: 200 anos! Um legado revolucionário
v. 10, n. 2 (2018)	Educação socialista: desafios teórico-práticos

Fonte: Adaptado pelo autor da Revista *Germinal* (2018)

Nessas 20 edições, a *Germinal* disponibilizou 476 documentos, divididos em várias seções, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Publicações da Revista *Germinal*

Quantidade	Volume-número-ano	Seção							Total
		Editorial	Debates	Artigos	Entrevistas	Clássicos	Resenhas	Resumos de Teses e Dissertações	
1	v. 1, n. 1 (2009)	1	5	6	1	1	0	4	18
2	v. 2, n. 1 (2010)	1	4	4	1	1	1	3	15
3	v. 2, n. 2 (2010)	1	6	8	1	1	1	2	20
4	v. 3, n. 1 (2011)	1	3	7	1	1	1	5	19
5	v. 3, n. 2 (2011)	1	1	8	1	2	1	4	18
6	v. 4, n. 1 (2012)	1	2	9	1	1	1	4	19
7	v. 4, n. 2 (2012)	1	1	9	0	1	4	2	18
8	v. 5, n. 1 (2013)	1	4	10	1	1	2	3	22
9	v. 5, n. 2 (2013)	1	2	14	1	1	1	4	24
10	v. 6, n. 1 (2014)	1	6	15	1	1	1	4	29
11	v. 6, n. 2 (2014)	1	1	12	1	1	1	6	23
12	v. 7, n. 1 (2015)	1	3	18	1	1	2	2	28
13	v. 7, n. 2 (2015)	1	4	19	1	2	3	2	32

Quantidade	Volume-número-ano	Seção							Total
		Editorial	Debates	Artigos	Entrevistas	Clássicos	Resenhas	Resumos de Teses e Dissertações	
14	v. 8, n. 1 (2016)	1	7	8	1	1	1	4	23
15	v. 8, n. 2 (2016)	1	4	10	1	1	1	3	21
16	v. 9, n. 1 (2017)	1	5	17	1	1	1	6	32
17	v. 9, n. 2 (2017)	1	3	13	1	1	1	6	26
18	v. 9, n. 3 (2017)	1	4	18	1	1	2	6	33
19	v. 10, n. 1 (2018)	1	7	18	1	3	1	1	32
20	v. 10, n. 2 (2018)	1	3	16	1	1	1	1	24
20	Total	20	75	239	19	24	27	72	476

Fonte: Adaptado pelo autor da Revista Germinal (2018)

Abaixo, o Quadro 2 demonstra os documentos encontrados na Germinal, considerando-se aqueles que contém, no seu título, ou no resumo, ou nas palavras-chave, a expressão “Educação Profissional”. Ao todo, foram selecionados 10 documentos, sendo 7 artigos, 2 resumos de tese e 1 resenha, conforme segue:

Quadro 2 - Publicações da Revista Germinal

N.	Revista	Título	Autoria	Tipo de documento
1	v. 3, n. 2 (2011) HISTÓRIA, TRABALHO E EDUCAÇÃO	História, trabalho e educação no Brasil: os primórdios da educação profissional	Manoel Nelito Nascimento	Artigo
2	v. 6, n. 2 (2014) CAPITALISMO, TRABALHO E EDUCAÇÃO	Expansão e empresariamento da educação profissional técnica de nível médio em debate	Élcia Esnarriaga de Arruda, Silvia Helena Andrade de Brito	Artigo
3		A educação de trabalhadores no Brasil contemporâneo: um direito que não se completa	Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Marise Ramos	Artigo
4		A ideologia da nova educação profissional no contexto da reestruturação produtiva	Roberto Leme Batista	Resumo de tese
5		Desenvolvimento nacional e regional e as demandas ao campo da educação	Celso João Ferretti	Artigo
6		v. 7, n. 2 (2015) HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Educação profissional, capital e força de trabalho no Brasil	Michel Goulart da Silva
7	v. 8, n. 1 (2016) CONJUNTURA, LUTA DE CLASSES E EDUCAÇÃO	Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT	João Carlos Da Silva, Lidiane Maciel Mufatto, Anderson Szeuczuk	Resenha
8	v. 9, n. 1 (2017) CRÍTICA DA POLÍTICA EDUCACIONAL	Trabalho e carreira docente nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia	Elen de Fatima Lago Barros Costa	Resumo de tese
9	v. 9, n. 2 (2017) PARA A CRÍTICA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	Formação do adolescente no ensino médio integrado: contribuições dos estudos de Vigotski	Priscila de Souza Chisté	Artigo
10	v. 9, n. 3 (2017) AMÉRICA LATINA, 100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA, EDUCAÇÃO E ENSINO	A profissionalização imposta por decreto: notas sobre a reformulação neoliberal na educação dos trabalhadores brasileiros	José Deribaldo dos Santos	Artigo

Fonte: Adaptado pelo autor da Revista Germinal (2018)

Apresentadas as publicações, passamos à análise desses documentos.

Notas:

O primeiro artigo encontrado foi *História, Trabalho e Educação no Brasil: os Primórdios da Educação Profissional*, de autoria de Manoel Nelito Nascimento, professor, doutor e orientador de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos-Ufscar³. Esse artigo, publicado em 2011, teve a tarefa de

[...] discutir o processo de qualificação da força de trabalho tendo como referência as transformações das relações de produção na fase da transição da produção manufatureira para a industrial, nas últimas décadas do século XIX e nas iniciais do século XX, no processo concomitante de extinção do trabalho escravo, introdução e consolidação do trabalho assalariado (NASCIMENTO, 2011, p. 15).

Nascimento faz um resgate histórico de como se deu a EP no Brasil, sendo o Colégio das Fábricas, criado em 1809, no Rio de Janeiro, a primeira instituição que atendia os órfãos que vieram na frota da família imperial, passando pela transição no processo de transformação das relações de produção na metade do século XIX. Com a progressiva substituição do trabalho escravo e servil pelo livre assalariado de imigrantes europeus na produção cafeeira e com novos investimentos criados pelo excedente dessa economia, tornava-se necessário formar o trabalhador para atender a esse novo tempo, essa nova ordem social.

No regime republicano, em 1909, o governo federal criou 19 Escolas de Aprendizes e Artífices nos estados, com a finalidade de formar operários e contramestres, sendo a de São Paulo criada em 1910, a qual mais tarde se transformou no Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo, (Cefet-SP), hoje Instituto Federal de São Paulo (IFSP)⁴. Nesse período, o Governo de São Paulo criou uma rede estadual de escolas profissionalizantes para os trabalhadores nativos, para atender a reivindicações da elite dirigente, que reclamava das práticas dos imigrantes que chegavam ao Brasil com maior conscientização política e que se organizavam na luta por seus direitos salariais. Com discurso pedagógico renovador, a escola passou a ter o objetivo de uma educação com teor ideológico para uma racionalidade imposta pela lógica da produção, reafirmando o sistema dual, com ensino de conteúdo humanístico para as elites e formação básica e profissional para os trabalhadores. Tinha a educação o papel de ser o principal instrumento para transformar a sociedade brasileira, não mais com o objetivo de assistencialismo, mas sim o de formar para o trabalho, de acordo com os princípios tayloristas. Destacam-se, nesse período, as atuações do empresário e engenheiro Roberto Simonsen, que tinha um ideário do controle social como prioridade, e do engenheiro educador Roberto Mange, que defendia a utilização de métodos científicos de treinamento para o trabalho e que introduziu o método de seleção psicofisiológico, o qual visava ter o homem (trabalhador) certo no lugar certo, com o intuito de uma “[...] adaptação do homem à máquina [...]” (NASCIMENTO, 2011, p. 220). Dessa maneira, atendia-se às novas relações do trabalho, o que, conforme Nascimento, foi determinante no desenvolvimento do ensino profissional no Brasil, estabelecendo a racionalização técnica na formação profissional, sendo criado, em 1931, o Instituto de

Organização do Trabalho (Idort). Em 1930, com a atuação dos liberais reformadores, bem como a dos educadores da renovação educacional, as propostas de Roberto Mange foram introduzidas na rede pública de ensino profissional por meio do Código de Fernando Azevedo em 1933.

Com o processo de industrialização de São Paulo demandando mão de obra qualificada, foi aprovada a Lei Orgânica do Ensino Industrial, no ano de 1942, que organizou um sistema de ensino profissional para a indústria, estabelecendo, assim, como deveriam funcionar as escolas de aprendizes e artífices.

Nascimento finaliza o texto colocando que, com a falta de recursos públicos para a EP para as classes menos favorecidas, essa tarefa ficou para o setor privado, sendo criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) em 1942, o qual ficou responsável pela formação e qualificação de mão de obra para as indústrias.

O segundo artigo considerado foi publicado em 2014 na *Germinal* com o título *Expansão e Empresariamento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Debate*, de autoria das professoras Élcia Esnarriaga de Arruda, doutora associada³, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)⁵, e Silvia Helena Andrade de Brito, doutora que vem atuando desde 1994 na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e, desde 2017, é professora titular da referida instituição⁶. O texto das professoras se refere

[...] a expansão e empresariamento da educação profissional técnica de nível médio no Brasil, apresentando também dados sobre Mato Grosso do Sul, entre 2001 a 2011. O objetivo é analisar a expansão e empresariamento da educação profissional técnica (ARRUDA; BRITO, 2014, p. 42).

As referidas autoras argumentam que o tema EP vem sendo objeto de estudos e discussões há 80 anos e defendem a continuação do questionamento à luz da lógica do movimento da sociedade na qual está inserido: a sociedade capitalista. Aludem que, nos séculos XX e XXI, ocorreu uma expansão do ensino e que foi demandada uma atuação do Estado em nível técnico principalmente pela expansão do ensino integrado, que pudesse articular a formação profissional junto à formação geral. Destacam a participação de empresas privadas e do setor S na fomentação do ensino profissional.

Em seguida, Arruda e Brito passam a descrever o processo de expansão e os parâmetros legais da EP técnica de nível médio no período 2001-2011 no Brasil e no estado do Mato Grosso do Sul (MS). Apresentam as legislações tanto no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), que objetivava consolidar a separação entre o ensino médio e a EP, quanto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no qual se resgatou a possibilidade do ensino médio integrado, ou seja, implicava a volta do ensino médio integrado ao ensino profissional.

São demonstrados, por meio de tabelas, dados extraídos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A primeira tabela nos mostra os números de estabelecimentos que ofereceram EP no período de 2001 a 2011 por dependência administrativa. Tanto em nível de Brasil como no estado de MS, entre 2001 e 2005, é constatada expansão maior do que entre 2005 e 2011. Na segunda tabela, referente à dependência administrativa, verifica-se que a expansão maior

ocorreu na esfera estatal no segundo período e na esfera privada no primeiro. É apresentada uma terceira tabela, que expõe a variação do número de matrículas de EP, por dependência no Brasil, e uma quarta tabela com dados do MS. Os dados da quantificação das matrículas mostram as mesmas variações dos dados das tabelas acima relatadas.

Na análise dos resultados, as autoras citam que, no início da década de 2000, o que se propalava era a chamada *Tese da Teoria do Capital Humano* e que, em decorrência da crise, e, com isso, o desemprego, o estado brasileiro enfatizava que a saída necessária para tal situação do trabalhador seria a sua qualificação, na construção de uma moderna cidadania e competitividade. O foco estaria na formação flexível, para enfrentar o novo mercado de trabalho da informalidade e a terceirização, ficando o trabalhador responsável por seu sustento e empregabilidade. Debatem a função da escola na formação, aliada à lógica da produção da sociedade capitalista, e que a situação do estado do MS, na perspectiva da totalidade, não pode ser descolada do país. Afirmam que, mesmo no segundo período estudado, 2005-2011, havendo uma predominância na oferta, pelo estado brasileiro, da expansão do ensino profissional, o setor privado não deixou de crescer. De acordo com as professoras, à época, havia poucos estudos com relação à cadeia produtiva da EP em nível médio do setor privado, existindo mais pesquisas em relação à EP oferecida pelo Estado. Enfatizam que seria interessante haver mais estudos para observar como se deu a trajetória dos egressos dessa modalidade de educação no mercado de trabalho.

Na esteira dos documentos encontrados, passamos a apresentar o artigo *A Educação de Trabalhadores no Brasil Contemporâneo: Um Direito que não se Completa*, assinado pelos doutores Gaudêncio Frigotto, que é professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professor titular em Economia Política da Educação aposentado da Universidade Federal Fluminense (UFF)⁷; Maria Ciavatta, professora titular em Trabalho e Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e, atualmente, associada ao Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado e Doutorado – da referida universidade⁸, e Marise Ramos, professora associada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e docente credenciada no quadro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) e de Educação Profissional em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz)⁹. O artigo dos professores, publicado em 2014, trata do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), além de discutir

[...] a determinação fundamental subjacente à negação reiterada do direito à educação básica e profissional de qualidade à classe trabalhadora, na particularidade do projeto construído e mantido pela classe burguesa brasileira, de capitalismo dependente (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2014, p. 65).

Esse artigo se inicia citando dois fenômenos da política da EP executada pelo Governo Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT): a expansão dessa modalidade de ensino e a decretação da lei que restabeleceu a possibilidade do ensino médio integrado ao ensino profissional. Esses dois pontos distinguiram-se da política do governo anterior, FHC, porém, de acordo com os autores, essa política se deu de modo controverso, em decorrência das relações de poder das classes sociais, de disputas e conflitos. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), efetivado a partir de

2011, fomentou a participação de empresas privadas na oferta dessa política, subsidiada por meio de fundos públicos, predominando a formação inicial e continuada (FIC) em detrimento da EP integrada ao ensino médio, o que foi ao sentido contrário da luta histórica da classe trabalhadora. Dessa forma, consideram que a política de EP realmente foi expandida, mas para o trabalho simples, barato. Questionam o fato de que, mesmo que as instituições ofertantes do Pronatec pudessem ofertar ensino de qualidade, por que foi negada à juventude uma formação básica que lhes permitisse participação qualificada na vida social e política, bem como a inserção de igual qualificação no processo produtivo? De acordo com os autores, nega-se uma dupla autonomia, realizando, de um lado, controle social e, de outro, políticas focais de alívio à pobreza. Citam as políticas realizadas desde a década de 1940, as quais não atingiram o objetivo de acabar com o analfabetismo e a baixa escolaridade da população e, assim, não enfrentaram os problemas estruturais da educação brasileira: a dualidade e a desigualdade.

Utilizam teses de autores que estudaram a sociedade brasileira e, à luz de sua interpretação, afirmam que, nessa concepção de sociedade e desenvolvimento, não se faz necessária a universalização do ensino médio integrado. Citam Ruy Mauro Marini, que, baseado na matriz teórica do materialismo histórico, explicita a forma específica assimétrica da inserção do Brasil e países da América Latina no circuito mundial da reprodução do capital. Outro autor citado, Florestan Fernandes, afirma que o Brasil não realizou a forma clássica de revolução burguesa, mas sim a de um capitalismo dependente, com superexploração do trabalho, na qual a burguesia local se associou à burguesia internacional para a divisão dos excedentes. Francisco Oliveira, por sua vez, aponta que a combinação do atraso, ou seja, do tradicional e do arcaico com o moderno, potencializou uma formação de capitalismo dependente. Demonstram a tese de Ruy Braga de que o capitalismo brasileiro necessita da reprodução, de maneira permanente, das condições políticas e econômicas de produção do trabalho barato, a partir da instauração do fordismo no Brasil, de forma periférica, até o momento de pós-fordismo atual, de igual natureza. De acordo com os autores, tais análises explicitam as mediações que formam o tecido da estrutura da associação subordinada da classe burguesa no Brasil, junto aos centros hegemônicos do capitalismo, bem como dos impasses a que fomos conduzidos até a atualidade. Permitem-nos, ainda, entender o ciclo de golpes na América Latina, com o apoio da mídia, saindo das ditaduras militares para as ditaduras do mercado, caminhando para o chamado totalitarismo neoliberal.

Ao entrarem no debate da conjuntura contemporânea, citam a crise do capitalismo nos anos 1990, que levou a ortodoxia liberal em direção ao social-liberalismo, com uma agenda social com o intuito de minimizar as tensões sociais e políticas, trazendo elementos do keynesianismo-desenvolvimentismo ao neoliberalismo, uma lógica de desenvolvimento a qual delega à gestão macroeconômica uma tarefa fundamental.

São citados autores que defenderam que o Brasil, à época, apresentava um modo de desenvolvimento calcado no estímulo ao consumo e, para fomentar esse desenvolvimento, o governo criou programas sociais com o objetivo de ampliação do crédito e de transferência de renda. O governo do PT utilizou a estratégia de utilizar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com financiamentos, socorrendo o grande capital, afinal foi identificado que o Brasil seria o

novo desenvolvimentismo, que realizaria, por meio da política econômica, um meio que contribuiria com o neoliberalismo ao estilo próprio da formação social brasileira. Ao exemplificarem a tese de Braga, a qual faz um reconhecimento à política de incentivo à indústria brasileira, afirmam que esta seria realizada por meio da substituição da indústria de transformação por indústrias de menor valor agregado, como a de mineração, a indústria petrolífera e a agroindústria. Chegam à conclusão de que o modelo empregado, ao contrário de realizar a subordinação dos problemas que seriam fundamentais da população – o que necessitaria de reformas sociais estruturantes, como a reforma agrária, urbana e educacional, por exemplo – acabou por subordinar as políticas sociais a padrões de um desenvolvimento que estaria sob a hegemonia do capital financeiro.

Em suas considerações finais, citam que o desenvolvido nesse texto contribuiu para compreender que realmente houve uma política de expansão do trabalho, porém se tratavam de empregos baratos, articulados com programas sociais. Dessa forma, entende-se por que o governo do PT realizou uma política de cursos de EP aligeirada, fragmentada, responsabilizando o trabalhador por seu sucesso ou fracasso no mercado de trabalho. Entendem que as políticas públicas estariam longe de solucionar os problemas fundamentais da população, o que requereria reformas estruturais de outra sociabilidade, na qual a educação fizesse parte de uma unidade entre a educação básica e a profissional.

O quarto documento é o resumo de tese *A Ideologia da Nova Educação Profissional no Contexto da Reestruturação Produtiva*, defendida na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) em 2010. O autor da tese, que também assina a resenha, é o doutor Roberto Leme Batista, professor adjunto do colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Campus Paranavaí-PR¹⁰. O referido resumo foi publicado na *Germinal* em 2014.

A tese teve como objetivo “[...] analisar a ideologia da nova educação profissional no contexto da reestruturação produtiva” (BATISTA, 2014, p. 205). Batista realizou sua produção a partir da década de 1970, período da crise estrutural do capital, bem como da resposta do capital contra o trabalho no intuito de superação dessa crise, com uma reestruturação produtiva. O autor buscou compreender a reforma da educação na década de 1990 por meio de documentos da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE). Concluiu que a educação, em especial a profissional, teve por objetivo a constituição de um novo sujeito social, um trabalhador flexível, adaptável às transformações organizacionais e às técnicas do capitalismo global.

O artigo do doutor Celso João Ferretti, *Desenvolvimento Nacional e Regional e as Demandas ao Campo da Educação*, foi publicado em 2014 e é o próximo que passamos a estudar. O professor Ferretti é membro do GT9 - Educação e Trabalho - da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), editor Associado da Revista Educação & Sociedade e membro da diretoria do Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes)¹¹. O objetivo do texto foi “[...] o de promover uma reflexão a respeito das relações estabelecidas entre educação e desenvolvimento, principalmente a partir da década de 1990 do século passado” (FERRETI, 2014, p. 54). Justifica dizendo que é suposto, no campo da educação, que a mesma oferece condições de influenciar o desenvolvimento econômico e social, pela forma como é divulgada pela mídia e discursos oficiais, principalmente por meio do papel atribuído aos Institutos

Federais (IFs), bem como a transferência de recursos públicos para empresas do campo educacional e as possíveis mudanças no ensino médio e profissional. Analisa o modelo neoliberal implantado, a partir de 1990, no Brasil como meio de superar a crise do capital nas décadas de 1960 e 1970. Cita que, com a globalização da economia e dos mercados, bem como a divisão do globo em blocos econômicos, acaba-se por impor uma reforma do Estado com o objetivo de propiciar a expansão do mercado e, com isso, a lógica da autorregulação e a racionalidade mercantil na esfera pública. Segundo Ferreti, a nova ordem econômica mundial vai se empreendendo por intermédio da superação das contradições realizadas pelo fordismo, sendo considerada uma nova etapa do capitalismo ou como outro ciclo do mais-valor e, ainda, como outro estágio de acumulação capitalista, tornando a ciência, o conhecimento e a tecnologia os principais móveis da concorrência capitalista. O trabalho passa a ser posto pelo padrão tecnológico baseado na microeletrônica, na informática, na química e na genética e organizado sob o respaldo da flexibilidade, tanto quantitativa como qualitativamente. Com a produção de inovações tecnológicas, exige-se a reorganização do trabalho, preparando um novo tipo de homem, que se adapte ao modelo de desenvolvimento ditado pelo capitalismo. Ferreti nos diz que, no Brasil, os empresários se viram forçados a aplicar a modernização tecnológica e a forma de gestão diante do aumento da recessão econômica interna, tal como a abertura econômica do comércio internacional, obrigando a aproximação dos setores produtivos aos centros fomentadores de ciência e conhecimento, no caso, às universidades e institutos de pesquisas com financiamento de pesquisas e laboratórios. Decerto que decorrem daí as políticas sociais, entre elas a educação, ganhando um novo sentido, transitando da universalização para a focalização, isto é, ao contrário da ampliação de serviços e benefícios com financiamento público, ocorre a focalização do Estado naqueles mais carentes, com destaque na equidade e no resgate da dívida social. Essa articulação com a iniciativa privada e filantrópica se dá com

[...] a oferta de serviços e benefícios; o subsídio à demanda financiada por meio de cupons ou bolsas; a descentralização no que se refere ao desenho, formulação, implementação e financiamento das políticas sociais; a atuação do Estado por meio de projetos e convênios, desenvolvidos em articulação com a iniciativa privada; foco nos resultados, mais que nos meios (FERRETI, 2014, p. 57).

O governo direcionaria seus gastos sociais para aqueles que mais necessitam, com o objetivo de atenuar o impacto de políticas de ajuste ao novo modelo econômico.

Ferreti destaca a importância dada à educação, que era colocada a serviço dos interesses produtivos e que, mesmo com as alterações realizadas no Governo Lula em 2004, com a possibilidade da integração entre o ensino médio regular e a EP, só vieram a se concretizar em 2009.

Retoma um conceito no documento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) que faz menção ao desenvolvimento sustentável, que, segundo Ferreti, trata-se de um conceito polissêmico, cuja definição mais conhecida é a da Comissão Brundtland de 1987, que seria a de satisfazer às necessidades atuais, sem com isso comprometer as necessidades das futuras gerações. Traz autores que fazem críticas sobre o tema e utiliza uma colocação do autor Stahel, que, em decorrência de se tornar um conceito vazio, serviria apenas para dar legitimidade para que o capital pudesse se expandir de forma sustentável.

Relata que, com a criação dos IFs, estes ficaram com a incumbência da produção, o desenvolvimento e também a transferência de tecnologias sociais, bem como à preservação do meio ambiente, ou seja, ficaram responsáveis por uma estratégia de desenvolvimento econômico-social em todo o país. Cita que um aspecto a ser considerado é o desenvolvimento, o qual, nos documentos dos IFs, estaria articulado com a competitividade econômica; ao contrário de uma promoção da transformação social, na verdade estaria criando condição para que o modelo vigente de produção fosse fortalecido, trazendo compensações sociais como meio de diminuir as tensões produzidas pelo próprio desenvolvimento da economia. Ferreti afirma que, com os IFs, veio à tona a possibilidade de ser realizada a integração entre a EP e o ensino médio e que essa possibilidade poderia ser prejudicada pela atuação de profissionais sem domínio dessa integração. Afirma também que essa relação acabou por ter sinônimo de articulação, ou seja, uma justaposição na qual ambos os tipos de conhecimento interagem, porém conservam suas especificidades, concepção que estruturou os currículos da EP nas escolas técnicas nas décadas de 1970 e 1980. De acordo com o autor, essa integração tem um sentido mais elevado, fundamentando-se nos princípios da politecnicidade. Faz a crítica de que a EP integrada ao ensino médio continua a conter elementos da dualidade e que sua superação somente se tornará realidade quando forem criadas condições objetivas, sociais, políticas e econômicas de igualdade e que, assim, possa permitir aos jovens ter acesso a um ensino médio que contenha caráter unitário e politécnico, a uma formação omnilateral, conforme preconizada por Marx e Gramsci, que se fundamenta na concepção ontológica de trabalho. Dessa forma, poderia oferecer possibilidade de desenvolvimento de uma capacidade analítica tanto nos processos técnicos, nos quais está engendrado o sistema de produção, bem como nas relações sociais que controlam para quem e para quantos são destinados a riqueza produzida.

Conta-nos que, apesar dos discursos realizados, a formação profissional torna-se progressista, visando o novo trabalhador desejado pelo capital, e que esse discurso já constaria nos textos da Cepal em 1992. Não se trataria de estar negando o quanto é importante o domínio do conhecimento técnico e tecnológico, bem como de suas bases científicas; trata-se, sim, de críticas à valorização do domínio da técnica e da tecnologia em detrimento da constituição de sujeitos autônomos na esfera intelectual e moral, ao fato de se deixar em segundo plano a politização da ciência, tecnologia e técnicas dos instrumentos e, ainda, tomarão fato de se tomar, como principal referência, a produção e o mercado, criando, com isso, uma ênfase à visão economicista de mundo. Encerra seu artigo dizendo que os IFs poderiam continuar a desempenhar um papel tradicional na formação de técnicos baseados na perspectiva instrumental, mas que também poderiam assumir posturas mais elevadas, ou seja, que pudessem levar em consideração os problemas discutidos nesse texto.

Passamos a estudar o artigo intitulado *Educação Profissional, Capital e Força de Trabalho no Brasil*. Tal documento foi publicado na *Germinal* em 2015 pelo doutor Michel Goulart da Silva, que é professor e técnico em assuntos educacionais do Instituto Federal Catarinense (IFC)¹². Em seu texto, o autor procura

[...] discutir a educação profissional e seu papel na composição do valor da força de trabalho, enfatizando o papel cumprido pelos cursos técnicos de nível médio. Procurar-se-á discutir de que forma a educação profissional contribui para o processo de produção e reprodução do capital, na medida em que a proposta dos institutos federais

permite, por um lado, garantir a diminuição do valor da força do trabalho e, por outro, procura se relacionar diretamente aos interesses econômicos dos capitalistas nas localidades em que são instalados os campi (SILVA, 2015, p. 283).

Silva inicia o texto apresentando os IFs, suas origens e os documentos que apresentaram essas instituições, as quais previam formação profissional e ulterior inserção no mercado de trabalho, o que seria uma conquista de certa cidadania por parte do trabalhador, uma concepção positivista de integração da força de trabalho à esfera produtiva, colaborando para o desenvolvimento social. Os IFs atenderiam aos arranjos produtivos locais (APL), ou seja, aos interesses dos capitalistas de cada cidade ou região na qual estivessem localizados.

Em seguida, apresenta dados estatísticos de educação e emprego entre os anos de 2003 e 2012, nos quais houve o aumento do número de pessoas ocupadas com curso de qualificação profissional. No entanto, esse aumento não refletiu alteração significativa nos salários dos trabalhadores de nível médio. Também demonstra que esses trabalhadores, quando comparados aos de nível superior, foram contratados em maior quantidade, porém com menores salários e, para contextualizar a questão, cita a teoria do valor de Karl Marx. Acrescenta que essa opção do Estado de formar uma maior quantidade de força de trabalho de menor valor passou a contribuir no processo de produção de mais valor e, dessa maneira, do lucro.

Voltando ao tema dos APL, Silva relata que, ao atender às demandas dos capitalistas das regiões nas quais os IFs estão localizados, não haveria a possibilidade de os trabalhadores vislumbrarem uma perspectiva de conquistar cidadania, isto é, de o trabalhador assumir o protagonismo do processo histórico. A cidadania ficaria limitada a direitos civis e políticos, que ocupariam somente espaços numa democracia liberal, ignorando o antagonismo estrutural da sociedade capitalista, que dita os próprios rumos desses direitos.

A categoria “cidadania”, segundo o autor, está imbricada com a EP no documento *Concepções e Diretrizes*, o qual explicita a criação dos IFs. No referido texto, a EP é um fator importante, como meio, para o fortalecimento, para o processo de inserção cidadã dos brasileiros. Sendo assim, os IFs, assumindo a responsabilidade pela qualificação profissional, bem como a mediação junto aos capitalistas, vêm para colaborar com o processo de reprodução do capital.

Em suas considerações, Silva reafirma que a novidade dos IFs foi a de incorporar, em seu discurso, a integração da categoria “cidadania” com a força de trabalho como meio para transformação social, mas sem a superação do capitalismo, e que esse projeto de transformação, na verdade, seria para uma melhor inserção da força de trabalho no processo de produção e reprodução do capital.

Apresenta-se a resenha da obra *Trabalho e Educação Profissional nas Décadas de 1930 e 1940 no Brasil: Análise do Pensamento e das Ações da Burguesia Industrial a partir do IDORT*, de Eraldo Leme Batista, publicada pela editora Autores Associados em 2015. Tal resenha foi disponibilizada na *Germinal* em 2016 e realizada pelo doutor João Carlos da Silva, professor associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e membro do Grupo de pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil (Histed/PR), GT Oeste do Paraná, Cascavel¹³, e pelos mestres Lidiane Maciel Mufatto, professora da rede municipal de ensino na

cidade de Cascavel e membra do mesmo grupo de pesquisa¹⁴, e Anderson Szeuczuk, professor temporário do Colégio Estadual Ana Vanda Cassara e professor formador da Universidade Aberta do Brasil - Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unioeste/Cascavel)¹⁵.

De acordo com os autores, o livro resenhado “[...] discute a concepção de educação profissional, defendida e divulgada pela revista do Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort), destacando como órgão representante da burguesia industrial brasileira neste momento” (SILVA; MUFATTO; SZEUCZUK, 2016, p. 267). No período estudado, 1930 e 1940, citam que o Brasil, com uma monocultura agrícola do café, sentiu os efeitos da crise de 1929 dos Estados Unidos da América (EUA), uma vez que tinha dependência dessa economia. Decorrente da situação, houve vários conflitos políticos e sociais com influência do Partido Comunista do Brasil em 1922. A época, foram assentadas as primeiras propostas de cientificar o trabalho, com o objetivo de melhorar a produção nacional, afastando-se os estrangeiros, considerados perigosos e, assim, havia o interesse na formação de um novo trabalhador. Para essa pesquisa, a fonte foi a revista Idort, a qual, de acordo com o autor, possibilitou-lhe compreender o pensamento e as ações da burguesia industrial paulista, pois a revista objetivava difundir as ideias e conceitos tayloristas no Brasil. Em 1929, foram criadas várias instituições pelo setor industrial, entre elas o Idort, que tinha como intenção a formação de uma nova classe trabalhadora nacional, que fosse adestrada, disciplinada e cooptada. Os conflitos já comentados decorreram dessa proposição, uma vez que as propostas não foram aceitas pelas classes subalternas. Outra questão apontada no livro foi que essa política de formação se iniciou nas companhias ferroviárias, locais em que havia mobilização dos trabalhadores devido às péssimas condições de trabalho, organizavam vários movimentos de resistência, que traziam prejuízos para os produtores e investidores. Outro tema no livro foi investigar se a ideologia da burguesia industrial proposta na revista influenciou a constituição dos sistemas S. O objetivo da obra foi o de “[...] mostrar que os industriais paulistas criaram um projeto de nação a partir dos pressupostos da organização científica do trabalho, visando não apenas à formação de um operário para o chão da fábrica, mas de todos os trabalhadores criando, assim, uma sociedade racional” (SILVA; MUFATTO; SZEUCZUK, 2016, p. 269). Os autores da resenha descrevem que o livro encontra-se organizado em três capítulos, sendo que, no primeiro, *Contextualizando o período histórico no Brasil (1930-1940)*, é examinada a questão política, econômica e social, revelando a organização dos industriais. No segundo, intitulado *Os pioneiros da racionalização do trabalho no Brasil: análise da Revista IDORT*, é analisado como se deu o processo de formação do Idort, bem como sua estruturação na defesa de uma sociedade racional. Por último, o terceiro capítulo, *Educação profissional do Brasil*, discorre o projeto de educação defendido pela revista Idort, base para a elaboração do livro resenhado. Silva, Mufatto e Szeuczuk finalizam dizendo que Batista, ao concluir o livro, afirma que a obra é de fundamental importância para o conhecimento da história e a trajetória da EP no Brasil, que, direta ou indiretamente, influenciou o desenvolvimento de ações e projetos da burguesia nacional no encaminhamento da sociedade brasileira e também da sua hegemonia e interesses no Estado.

O resumo da tese *Trabalho e Carreira Docente nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia* é o documento publicado na *Germinal* em 2017 pela doutora Elen de Fátima Lago Barros Costa. Elen é

professora do Magistério Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/IFMA¹⁶. Tal tese foi defendida no Programa em Educação da Universidade Federal de São Carlos/Ufscar no ano de 2016. O objetivo da tese, a qual se utilizou da abordagem materialista histórico dialética, foi o de

[...] analisar as mudanças na carreira e no trabalho docente nos IFET's, após a criação/expansão da nova Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), iniciada no país, a partir do segundo mandato do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e consolidada no governo de Dilma Rousseff (COSTA, 2017, p. 304).

A tese defendida pela autora foi a de que a transformação da RFEPCT – bem como a rapidez de sua expansão – teve o acarretamento de mudanças no trabalho e na carreira do professor com relação à maneira de se fazer ciência, no modo no desenvolvimento de suas atividades profissionais e, ainda, na sua jornada de trabalho. Concluiu a pesquisadora que a política de expansão dos Institutos Federais de Educação Tecnológica (Ifets) é uma política de governo e que a política de EP e tecnológica em nosso país se trata-se de uma política de Estado, que historicamente é direcionada para uma formação aligeirada da classe trabalhadora. Concluiu, ainda, que a carreira de ensino de magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), carreira dos docentes dos Ifets, sofreu impactos, uma vez que esses podem atuar em todos os níveis e modalidades de ensino, o que acabou por trazer impactos tanto na relação força de trabalho/alunos bem como na carga horária e, dessa forma, afetou de maneira elevada o encaminhamento dos trabalhos administrativo-pedagógicos dessas instituições.

O próximo artigo é o da doutora Priscila de Souza Chisté Leite, professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes)¹⁷. O título do artigo, de 2017, é *Formação do Adolescente no Ensino Médio Integrado: Contribuições dos Estudos de Vigotski*, que tem como objetivo

[...] compreender, por meio da Psicologia Histórico-Cultural, a importância do Ensino Médio Integrado como um modo de contribuir com a formação do adolescente. Assim, buscamos com o texto que segue refletir sobre a seguinte questão: qual é a importância do Ensino Médio Integrado para a formação do adolescente? (CHISTÉ, 2017, p. 122).

Pondera que o tema “formação humana” é fundamental nas discussões no plano educacional, que a EP torna-se menosprezada por ser atribuída a ela uma formação para o mercado e que essa discussão prescreve um novo caminho a partir do materialismo histórico-dialético sob Marx e Vigotski, os quais consideram o trabalho educativo um modo de fomentar a formação humana, visando sua emancipação. A professora nos diz que, na história, a EP brasileira traz consigo a sua dualidade e que muitas das legislações que levaram a esse objetivo foram estudadas por intelectuais de tradição marxiana, afirma também que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394/1996, elaborada no ideal neoliberal, esteve longe da superação da dualidade (formação técnica x formação humana). No Governo Lula, por meio do Decreto nº 5.154/2004, ocorreu “[...] uma nova chance para a integração do Ensino Médio ao profissional [...]” (CHISTÉ, 2017, p. 122), com isso, do ano de 2003 até julho de 2004, houve grandes debates sobre esse tema, com o entendimento de uma educação integrada que viesse a contemplar uma formação que garantisse educação tecnológica ou politécnica, sob uma base unitária de formação geral. São apresentados os conceitos sobre a educação politécnica a partir do pensamento de Saviani, entendida

como [...]domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno” (SAVIANI, 1989, p. 17). Em termos epistemológicos e pedagógicos, trata-se de um ensino que faz a integração da ciência com a cultura e do humanismo com a tecnologia, visando o desenvolvimento das potencialidades humanas em sua totalidade.

Na escola, sob o ideário da politécnica, os conhecimentos ensinados, técnicos e práticos, possuem um nível de “[...] compreensão intelectual que visa promover as condições para a supressão dos mecanismos reprodutores da desigualdade cultural e social. Essa escola teria por objetivo ser mais que um vínculo de difusão dos novos princípios sociais” (CHISTÉ, 2017, p. 3), na qual é desenvolvida uma cultura geral do trabalho. Para isso, pressupõe a compreensão da produção em sua totalidade, assim como o conhecimento do rumo no qual são desenvolvidas as técnicas e as mudanças tecnológicas. Nessa escola, o objetivo é possibilitar ao aluno o contato com a herança cultural, ser uma escola criadora com a capacidade de desenvolvimento da personalidade e também promover a autonomia do estudante. A seguir, a autora passa a tratar sobre os conceitos de integração e omnilateralidade e suas relações com o ensino médio. Cita Ciavatta, que nos diz que o termo “integrar”, baseado nos ideais de Gramsci, tem um sentido de completude, compreendendo as partes em sua totalidade, ou na unidade do diverso: compreender a educação como parte de uma totalidade social, ou seja, em suas múltiplas mediações nas quais se concretizam os processos educativos. A omnilateralidade faz referência a um desenvolvimento pleno, por completo e multilateral em todos os sentidos das faculdades, bem como das forças produtivas, que, segundo Marx, é no momento em que o homem faz apropriação de um modo omnilateral do seu ser omnilateral, ou seja, como ser total. É, portanto, o momento histórico no qual o homem atinge totalidade de capacidades produtivas, assim como plenitude de prazeres e consumo, considerando a fruição de bens espirituais e materiais, aos quais, decorrentes da divisão trabalho, o homem não tem acesso. Baseada em autoras como Marise Ramos e Ciavatta, diz-nos que o projeto de ensino médio ancorado nestes conceitos (integração e omnilateralidade) deve ter como eixo o trabalho, a ciência e a cultura, garantindo ao estudante plena formação, de forma que possa contribuir para uma visão de mundo e também atuar de forma crítica à sua sociedade política, podendo ter a compreensão das relações sociais que estão subjacentes aos fenômenos. Chisté chama a atenção para outra dimensão da vida que se necessita integrar ao processo educativo: a cultura, a qual se trata de uma produção ética e estética da sociedade; nesse sentido, “[...] a escola deve se apresentar como escola da cultura e do trabalho, isto é, da ciência tornada produtiva e da prática tornada complexa, com estreita relação com a vida coletiva” (CHISTÉ, 2017, p. 126).

A autora passa a tratar sobre a formação humana da adolescência baseada nos estudos da psicologia histórico-cultural. De acordo com a autora, “os estudos que deram origem à psicologia histórico-cultural foram produzidos há mais de 80 anos, no contexto de consolidação do Socialismo na União Soviética” (CHISTÉ, 2017, p. 126).

Citando Vigotski, diz-nos que a concepção de indivíduo deveria estar imbricada com sua percepção de sociedade, que pressupunha que as análises das fases de desenvolvimento da vida humana tivessem uma posição política. Sendo assim, essa análise realizada por Vigotski com adolescentes procura

sistematizar os estudos relacionados ao desenvolvimento psicológico individual com o intuito da construção do socialismo. Pressupondo que o adolescente é um ser histórico e social, torna-se importante ter a compreensão de que tanto as leis biológicas como as características dominantes do desenvolvimento humano, que são apoiadas na hereditariedade, não se tornam mais as forças que movem o desenvolvimento humano, mas sim as leis históricas e sociais. Outro ponto importante, sinaliza a autora, ocorre na formação no adolescente, referente a linhas de desenvolvimento que venham a colaborar para que tenham o entendimento da realidade em suas múltiplas determinações, com o intuito de inseri-los na sociedade. Desse modo, tornam-se capazes de compreender a si mesmos, de criar uma visão de mundo, pois, ao internalizarem ideias, conceitos e valores, conseguem estender suas possibilidades de agir em suas realidades sociais. Utiliza-se do pensamento de Ricardo dos Anjos, o qual afirma que a história da personalidade do adolescente é composta por três leis fundamentais: a primeira é a que faz a regulação do desenvolvimento e a estrutura das funções psíquicas superiores; a segunda faz referência ao fato de que as relações entre as funções psíquicas superiores foram anteriormente relações reais entre os homens; já a terceira lei postula que as funções psicológicas, de início, são operações externas realizadas pelo indivíduo com a ajuda do emprego de signos que possam permitir ao sujeito realizar operações cada vez mais complexas sobre os objetos e sobre o outro. De acordo com a autora, essas três leis demonstram o caráter social do desenvolvimento da personalidade do adolescente, o que possibilita sua identificação tanto com os adultos como com outros adolescentes, encontrando parâmetros tanto para uma imitação como para a construção das suas relações com as pessoas. Tais relações podem ter ampliação na escola, que se torna, dessa maneira, o *locus* de construção de conhecimentos, encontros e convívio entre adolescentes e entre adolescentes e professores e também de um espaço de criação. Essa valorização de conhecimentos também faz parte das considerações sobre a educação integral, que passa a ser comentada.

Chisté afirma que, para ocorrer o desenvolvimento integral do adolescente, torna-se necessário que os conhecimentos possam ser apropriados como ferramentas e instrumentos de compreensão de suas realidades, de forma a levarem a um entendimento para além da aparência, e que, para isso, a escola proporcione aos seus estudantes um ensino que propicie a análise e também a reflexão de vários tipos de conceitos. Segundo a autora,

Diante destas questões, é papel da escola oferecer condições para que o aluno compreenda o objeto de estudo em suas múltiplas determinações, o que demanda a apropriação de novos conhecimentos através da mediação intencional do professor, o qual colaborará com a ampliação das elaborações do pensamento com sínteses, reflexões e catarses acerca do vivido (CHISTÉ, 2017, p. 129-130).

A autora coloca que, no interior de uma escola, é possível se pensar um Ensino Médio Integrado nos ideais de uma concepção integrada, omnilateral e politécnica, que tenha como eixos centrais o trabalho, a ciência e a cultura. Dessa maneira seria uma contribuição na busca de uma educação emancipadora, colaborando com a formação psicológica dos alunos, dando possibilidades para que eles tenham condições de exercer função de dirigente em uma sociedade com tantas desigualdades.

Por fim, o décimo e último documento é o artigo do doutor José Deribaldo dos Santos: *A Profissionalização Imposta por Decreto: Notas sobre a Reformulação Neoliberal na Educação dos Trabalhadores*

Brasileiros, publicado em 2017. Santos é professor adjunto da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (Feclesc-Uece), atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/Uece) e no Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (Maie/Uece)¹⁸. O texto faz um debate sobre a Lei nº 9.394/96, que acentou a dualidade entre o ensino médio regular e o ensino profissionalizante, e o Decreto nº 2.208/97 que, com respaldo legal, abriu as portas para que os empresários pudessem vender a educação. Para Santos, de acordo com os formuladores dessas políticas, a questão estaria no fato de que os egressos dos cursos profissionalizantes de nível médio não estavam se dirigindo diretamente para o mercado de trabalho e que, para aqueles, os estudantes não deveriam jamais ter acesso ao ensino superior, sobretudo ao público, ou seja, aos cursos destinados somente aos filhos das elites brasileiras. Nesse sentido, o governo, de orientação neoliberal, agiu em dois sentidos: por primeiro, absteve-se de custear a formação técnico-científica integrada ao ensino médio e, por segundo, deu oportunidade ao empresariado de lucrar com a educação. Santos relata um trecho de matéria da Folha de São Paulo de 1996, no qual o então ministro da educação no Governo FHC, Paulo Renato, diz que os cursos técnicos de 2º grau teriam como oferecer aos estudantes das classes menos favorecidas uma qualificação de forma a inseri-los mais rapidamente no mercado de trabalho, atendendo às demandas do setor produtivo. Para tanto, foi deslocada a supervisão do ensino profissionalizante do Ministério da Educação (MEC) para o Ministério do Trabalho (MTB), o que confirmou a fala do então ministro. A maior crítica ao Decreto nº 2.208/97 foi a impossibilidade da integração, resgatada por meio do Decreto nº 5.154/04 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. As tratativas para o retorno da integração tiveram início em 2003, quando o MEC, por meio de suas diretorias de Ensino Médio e Educação Profissional, realizou dois seminários: o primeiro foi em maio de 2003, que teve como tema *Ensino Médio: Construção Política*, e o segundo *Educação Profissional: Concepções, experiências, problemas e propostas*, o qual, em 2004, teve como resultado o documento do MEC intitulado *Proposta em Discussão: Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica*. O objetivo da integração, de acordo com os documentos do MEC, era o “[...] aumento da escolarização e a melhoria da qualidade da formação do jovem e adulto trabalhador” (BRASIL, 2007, p. 6). Santos, utilizando o pensamento de Sandra Marinho, diz-nos que, no documento acima citado, está traduzida a ideia de reduzir a EP aos objetivos do mercado, ligados ao projeto desenvolvimentista. De acordo com Santos, estudiosos ligados ao campo da esquerda progressista, como Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos, colaboraram na criação do Decreto nº 5.154/04 e declararam que a educação politécnica não é aquela que tem possibilidade somente de se efetivar em outra realidade, mas é uma concepção de educação que tem como objetivo desde o desenvolvimento do capitalismo e de sua crítica, até a superação burguesa da educação que possa potencializar a transformação da estrutura da realidade. Santos, citando Rosemary Dore, comenta que os três autores citados, assim, “[...] se desculparam por terem trabalhado na aplicação de um decreto, o que é uma medida autoritária [...] Além disso, afirmam que a instituição de um decreto, por sua rapidez, evitaria um debate com a sociedade civil e um confronto de forças sociais e políticas, que levariam à derrota da proposta da ‘esquerda progressista’” (DORE, 2006, p. 344).

O autor afirma que essa volta da possibilidade de integração entre o nível médio e a modalidade profissionalizante só seria possível com estrutura (laboratório, bibliotecas e professores preparados) e

também com a afirmação de financiamento. Em contrapartida a um discurso de projeto novo, o decreto oferece três opções: o ensino integrado, a concomitância e o subsequente e, assim, continua assegurada a possibilidade da separação entre os dois níveis de ensino.

Santos destaca o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 39/04, o qual, ao reconhecer a integração, estabeleceu um currículo com naturezas distintas, ou seja, com base em concepções educacionais distintas, e, desse modo, acabou por não resolver o problema da dualidade. Também faz menção às críticas realizadas aos intelectuais do MEC, de que, de acordo com as normativas do decreto de 2004, ainda são mantidos alguns pontos da LDB de 1996. O documento *Proposta em Discussão: Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica*, de 2004, prevê certa convivência com as Parcerias Público-Privadas (PPP), o que posteriormente ficou comprovado com a utilização de recursos públicos para as empresas privadas por meio do Pronatec, assegurado pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. São mostrados dados do Inep referentes aos anos de 2001 a 2004. Para Santos, o que chama a atenção são os dados demonstrados entre 2007 e 2014, período no qual, quando considerados os tipos de modalidades, o modo subsequente registrou, no primeiro ano, 376.612 matrículas, sendo 160.414 matrículas na esfera pública e 216.198 na privada. Essa mesma modalidade, em 2014, passou para 1.046.044 matrículas, sendo o setor público com 331.756, e o setor empresarial com 714.288 — ou seja, para a felicidade dos empresários, seu setor aumentou em dobro em relação ao estatal.

Ao concluir, Santos, por meio dos dados demonstrados, diz ter elementos para assegurar que o Decreto nº 2.208/97 não foi revogado por meio Decreto nº 5.154/04 e que o motivo para isso, repetido pelos intelectuais do MEC, foi o fato de os cursos subsequentes serem mais baratos para o setor privado, o qual obtém, com isso, um nicho de mercado. O que se efetivou, na prática, foi um “pode tudo”, isto é, o curso integrado pode ser realizado na mesma instituição, e o subsequente em dois momentos distintos, o que se torna difícil para aqueles que precisam estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Nesse sentido, aponta que a política educacional profissionalizante, apesar de ter sido apresentada como novidade, na verdade trata-se de uma política com viés neoliberal para atendimento ao mercado.

Considerações finais

Ao concluir a busca por documentos com o objeto EP na Revista *Germinal*, foi possível realizar algumas constatações. É fato que o objeto foi pouco estudado na revista, pois foram encontrados somente 10 documentos em 476 publicados, representando 2,10% do total, tendo a maior quantidade – 4 – o volume 6, número 2, de 2014, que teve como tema *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Os autores estudados debatem a formação do trabalhador brasileiro e a dualidade do ensino profissional: formação integral x formação para o mercado de trabalho. Dessa maneira, convergem na defesa da EP integrada ao ensino médio como meio para uma transformação social integrada, omnilateral e politécnica e nos mostram que essa modalidade de ensino foi conduzida, no interior de uma reestruturação produtiva, a partir dos anos 1990, na ofensiva de governos que adotaram o ideologia neoliberal, a um ensino que visasse à formação de um novo trabalhador, adaptável, flexível, a serviço do capital.

Manoel Nelito Nascimento faz um resgate histórico de como se deu a EP no Brasil, dando ênfase à criação do Idort, o qual tinha como eixo a racionalização técnica na formação profissional, o que, de acordo com o autor, foi determinante no desenvolvimento do ensino profissional no Brasil. As professoras Élcia e Silvia destacam que o foco da educação do trabalhador estaria na formação flexível, para enfrentar o novo mercado de trabalho da informalidade e terceirização, ficando o trabalhador responsável por seu sustento e empregabilidade, e que, no período estudado, entre 2001 a 2011, mesmo havendo, pelo Estado brasileiro, a expansão do ensino profissional, o setor privado não deixou de crescer; afirmam ainda que o empresariamento da educação no ensino profissional técnico de nível médio é uma tendência comum ao conjunto da sociedade capitalista. Frigotto, Ciavatta e Ramos defendem uma EP integrada ao ensino médio, que permitisse à juventude brasileira uma formação básica que lhes proporcionasse a participação qualificada na vida social e política e, com isso, a inserção igualmente qualificada no processo produtivo. Destacam que a política da EP executada pelo Governo Lula, em especial o Pronatec, fez parte de um modelo empregado que, ao contrário de realizar a subordinação dos problemas que seriam fundamentais da população, o que necessitaria de reformas sociais estruturantes, entre elas a educacional, acabou por subordinar suas políticas sociais a padrões de um desenvolvimento que estaria sob a hegemonia do capital financeiro. O resumo da tese de Roberto Leme Batista nos demonstra que a ideologia da nova EP no contexto da reestruturação produtiva, a partir de 1970, teve por objetivo a constituição de um novo sujeito social, um trabalhador flexível, adaptável às transformações organizacionais e técnicas do capitalismo global. Celso João Ferreti, estudando a integração do ensino médio, traz-nos que essa integração tem um sentido mais elevado, fundamentado nos princípios da politécnica. Faz a crítica de que a EP integrada ao ensino médio continua a conter elementos da dualidade e que a sua superação somente se tornará uma realidade quando forem criadas condições objetivas, sociais, políticas e econômicas de igualdade, que assim possa permitir aos jovens ter acesso a um ensino médio de caráter unitário e politécnico, a uma formação omnilateral conforme preconizada por Marx e Gramsci, que se fundamenta na concepção ontológica de trabalho. Michel Goulart da Silva, ao estudar os IFs, que prometiam, em seus documentos, a integração da categoria “cidadania” com a força de trabalho como meio para transformação social, mas sem a superação do capitalismo, afirma que esse projeto de transformação, na verdade, seria para uma melhor inserção da força de trabalho no processo de produção e reprodução do capital. João Carlos, Lidiane e Anderson nos mostram na resenha que realizaram, assim como o professor Manoel, que a instituição Idort, desde sua formatação, bem como sua estruturação na defesa de uma sociedade racional, tinha como intenção a formação de uma nova classe trabalhadora nacional, que fosse adestrada, disciplinada e cooptada. Elen de Fátima, que estudou as mudanças na carreira e no trabalho docente nos Ifets, defendeu a tese de que a transformação da RFEPCT, bem como a rapidez dessa expansão, tiveram o acarretamento de mudanças no trabalho e na carreira do professor com relação à maneira de se fazer ciência, no modo de desenvolvimento de suas atividades profissionais e ainda, na sua jornada de trabalho. Priscila Chisté, ao estudar a formação do adolescente no ensino médio integrado, demonstra que é possível se pensar nesse ensino nos ideais de uma concepção integrada,

omnilateral e politécnica, que tenha como eixos centrais o trabalho, a ciência e a cultura. José Deribaldo dos Santos assegura que o Decreto nº 2.208/97 não foi revogado por meio do Decreto nº 5.154/04 e que o motivo para isso foi o fato de os cursos subsequentes serem mais baratos para o setor privado, que conquistaram um nicho de mercado. Nesse sentido, aponta que a política educacional profissionalizante, apesar de ter sido apresentadas como novidade, na verdade trata-se de uma política com viés neoliberal, para atendimento do mercado.

O exercício de análise de todos esses documentos contribui para quem estuda o objeto referente aos contextos pedagógicos da relação trabalho-educação, pois aqueles se complementam e são fontes para outras pesquisas. Tendo o entendimento de que a EP, no Brasil, sempre foi palco de disputas pela manutenção da sua dualidade ou a sua superação, destaca-se que o seu estudo torna-se imprescindível para analisar a formação da classe trabalhadora e, sendo assim, sugere-se à coordenação da Revista *Germinal* um número específico para apresentar e divulgar aqueles que se debruçam sobre o objeto.

Referências

- ARRUDA, Élcia Esnarriaga de; BRITO, Silvia Helena Andrade de. EXPANSÃO E EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM DEBATE. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 42-53, dez. 2014. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/10908>>. Acesso em: 15 Mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v6i2.10908>.
- BATISTA, Roberto Leme. A IDEOLOGIA DA NOVA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 205, dez. 2014. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13100>>. Acesso em: 15 Mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v6i2.13100>.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica. Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2018.
- CHISTÉ, Priscila de Souza. FORMAÇÃO DO ADOLESCENTE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS DE VIGOTSKI. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 121-131, set. 2017. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/14432>>. Acesso em: 15 Mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v9i2.14432>.
- DA SILVA, Joao Carlos; MUFATTO, Lidiane Maciel; SZEUCZUK, Anderson. TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940 NO BRASIL: ANÁLISE DO PENSAMENTO E DAS AÇÕES DA BURGUESIA INDUSTRIAL A PARTIR DO IDORT. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 267-270, fev. 2016. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/15081>>. Acesso em: 15 Mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v8i1.15081>.
- DORE, R. Gramsci e o debate sobre a escola pública no Brasil. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 26, n. 70, p. 344, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 05 nov. 2018.
- FERRETTI, Celso João. DESENVOLVIMENTO NACIONAL E REGIONAL E AS DEMANDAS AO CAMPO DA EDUCAÇÃO. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 54-64, dez. 2014. ISSN 2175-5604. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13087>>. Acesso em: 15 Mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v6i2.13087>.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A EDUCAÇÃO DE TRABALHADORES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UM DIREITO QUE NÃO SE COMPLETA. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 65-76, dez. 2014. ISSN 2175-5604. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13088>>. Acesso em: 15 Mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v6i2.13088>.

LAGO BARROS COSTA, Elen de Fátima. TRABALHO E CARREIRA DOCENTE NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 304-305, mai. 2017. ISSN 2175-5604. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/18216>>. Acesso em: 15 Mar. 2019.

NASCIMENTO, Manoel Nelito. HISTÓRIA, TRABALHO E EDUCAÇÃO NO BRASIL: OS PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 15-25, jun. 2012. ISSN 2175-5604. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9449>>. Acesso em: 15 Mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v3i2.9449>.

REVISTA GERMINAL. Foco e Escopo. 2009. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/about/editorialPolicies#focusAndScope>>. Acesso em: 15 set. 2018.

RODRIGUES PEREIRA, Maria de Fátima. EDUCAÇÃO SOCIALISTA: DESAFIOS TEÓRICO-PRÁTICOS E COMPROMISSO COM A CLASSE TRABALHADORA. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 10, n. 2, p. 1-3, set. 2018. ISSN 2175-5604. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/27950>>. Acesso em: 15 Mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v10i2.27950>.

SANTOS, José Deribaldo Gomes dos. A profissionalização imposta por decreto: notas sobre a reformulação neoliberal na educação dos trabalhadores brasileiros. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 230-240, dez. 2017. ISSN 2175-5604. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/20976>>. Acesso em: 15 Mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v9i3.20976>.

SAVIANI, D. Sobre a concepção de politécnica. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

SILVA, Michel Goulart da. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CAPITAL E FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 283-289, dez. 2015. ISSN 2175-5604. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13374>>. Acesso em: 15 Mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v7i2.13374>.

Notas:

¹ Professor do Instituto Federal do Paraná, Campus Curitiba, mestre e doutorando no Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Políticas Educacionais (Tepe/UTP) da mesma instituição. Email: izaiaoscostafilho@gmail.com

² Tarefa proposta pelo Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Políticas Educacionais (Tepe) do Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP).

³ NASCIMENTO, M. N. M. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 3 set. 2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/4486910967478337>>. Acesso em: 15 set. 2018.

⁴ INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO. **Instituto Federal de São Paulo**. 2013. Disponível em: <<https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/9-assuntos/reitoria/7-institucional>>. Acesso em: 12/10/2018.

⁵ ARRUDA, E. E. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 12 mai. 2014. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2811591456886574>>. Acesso em: 15 set. 2018.

-
- ⁶ BRITO, S. H. A. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 19 out. 2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/9128697324665053>>. Acesso em: 15 set. 2018.
- ⁷ FRIGOTTO, G. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 27 set. 2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/4535332644982596>>. Acesso em: 16 set. 2018.
- ⁸ CIAVATTA, M. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 3 out. 2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5368554854684382>>. Acesso em: 16 set. 2018.
- ⁹ RAMOS, M. N. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 3 set. 2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3796863111902233>>. Acesso em: 23 ago. 2018.
- ¹⁰ BATISTA, R. L. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 23 abr. 2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/7813996523571835>>. Acesso em: 16 set. 2018.
- ¹¹ FERRETTI, C. J. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 25 abr. 2017. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/7059701152978463>>. Acesso em: 26 ago. 2018.
- ¹² SILVA, M. G. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 09 out. 2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8260725539562633>>. Acesso em: 16 set. 2018.
- ¹³ SILVA, J.C. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 30 ago. 2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/0234527171754099>>. Acesso em: 16 set. 2018.
- ¹⁴ MUFATTO, L. M. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 27 jul. 2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5031352668577864>>. Acesso em: 16 set. 2018.
- ¹⁵ SZEUCZUK, A. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 15 out. 2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/7871379025082650>>. Acesso em: 16 set. 2018.
- ¹⁶ COSTA, E. F. L. B. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 17 out. 2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/4214548964349807>>. Acesso em: 30 set. 2018.
- ¹⁷ CHISTÉ, P. S. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 1 ago. 2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/9611050800865272>>. Acesso em: 30 set. 2018.
- ¹⁸ SANTOS, J. D. G. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 1 ago. 2018. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1317529947912305>>. Acesso em: 2 nov. 2018.